



Os investidores acreditam numa descida mais rápida da inflação do que a presidente do BCE, Christine Lagarde, e o seu vice-presidente, Luis de Guindos. FOTO ARNE DEBERT / PICTURE ALLIANCE VIA GETTY IMAGES

dois anos, desceu de valores superiores a 5% em julho de 2022 para cerca de 2,3% em meados de janeiro deste ano”, explica a economista.

Notando que “não se consegue comparar diretamente os valores implícitos nestes instrumentos com a previsão do banco central”, Paula Carvalho destaca que “claramente a postura e interpretação do mercado vai ao encontro da interpretação do BCE: a tendência da inflação nos próximos dois anos é de redução significativa”. Mais ainda, “atendendo aos desenvolvimentos recentes, o cenário do banco central poderá mesmo estar a subestimar a tendência de descida, a qual depende de múltiplos fatores, entre os quais os desenvolvimentos no mercado de energia da existência de efeitos de segunda ordem e da intensidade do efeito de arrastamento nas componentes mais estáveis”, argumenta.

**BCE vê inflação nos 2% só em 2025**

Os dados apresentados por Philip Lane numa apresentação sobre “The Euro Area Economic Outlook”, há duas semanas, no encontro anual da Allied Social Sciences Association (nos Estados Unidos), sinalizam que os mercados financeiros esperam uma descida da inflação mais rápida do que as projeções do BCE (ver gráfico).

No que toca às perspetivas nos mercados financeiros para a evolução da inflação na zona euro, os dados abrangem não apenas indicadores de mercado, derivados das taxas de inflação implícitas nos valores de transação de determinados contratos financeiros (desde swaps a obrigações

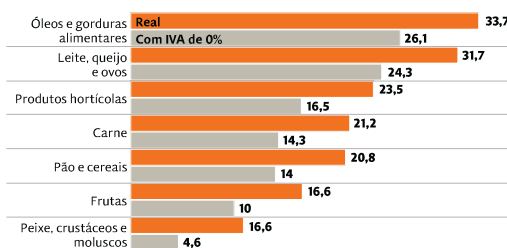
indexadas), mas também inquéritos a profissionais destes mercados (sejam analistas de política monetária ou profissionais que fazem previsões). O que nos dizem? No que toca aos indicadores de mercado, “apontam para que a inflação em julho, em termos homólogos, já esteja abaixo dos 4% e que voltará aos 2% em julho de 2024”, destaca Pedro Brinca, professor da Nova SBE.

Já no que se refere a inquéritos, o dos profissionais que fazem previsões indica uma taxa de inflação substancialmente mais elevada do que os indicadores de mercado antecipam para este verão — antecipam que esteja ainda nos 6% em julho, em termos homólogos —, mas também apontam para os 2% em julho de 2024. E o mesmo acontece no caso do inquérito aos analistas de política monetária. Quanto às “previsões do BCE, são as mais pessimistas de todas”, constata Pedro Brinca, notando que Frankfurt “apenas prevê que a inflação volte aos 2%, em termos homólogos, durante o segundo trimestre de 2025”. A expectativa de descida da inflação é unânime, e mercados esperam que seja mais rápida do que prevê o BCE. E neste campo “há um fator que é preciso ter em linha de conta e que tem a ver com a atualização de muitos preços que são indexados (ainda que parcialmente) à inflação agora no princípio de 2023”, considera o catedrático. “Na minha opinião, será a força deste fator que irá determinar a velocidade de abrandamento da inflação na zona euro, uma vez que todos os outros fatores são francamente positivos”, remata.

slourenco@expresso.imprensa.pt

**IMPACTO DO IVA ZERO NO AUMENTO DE PREÇOS DOS BENS ESSENCIAIS**

Variação homóloga, em percentagem, em dezembro de 2022



Valores assumindo que uma descida do IVA para 0% seria totalmente refletida nos preços no consumidor

FONTE: BPI A PARTIR DE DADOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

# Instituições internacionais sobem salários entre 3% e 7%

**OCDE é a mais contida, BEI e Comissão Europeia os mais generosos. Lagarde terá um aumento superior ao de Centeno**

Christine Lagarde tem apelado aos decisores económicos que controlem o aumento dos salários, mas a mensagem está a ser processada de forma distinta pelas instituições internacionais que habitualmente sintonizam as suas recomendações políticas com o banco central. Banco Central Europeu (BCE), OCDE,

Banco Europeu de Investimento (BEI), Comissão Europeia (CE) e Parlamento Europeu (PE) estão a aplicar aumentos salariais abaixo da inflação dentro de portas, mas os valores destoam bastante entre si.

Das cinco instituições analisadas, os funcionários da CE, do PE e do BEI estão entre os que beneficiam de aumentos salariais mais expressivos. No BEI, a comissão executiva aprovou aumentos médios de 7%. Os valores comportam aumentos no salário-base, prémios e promoções

e abrangem os quatro mil funcionários que a instituição tem espalhados pelo mundo, avançou ao Expresso fonte oficial. CE e PE seguem-lhe as pegadas, embora aplicando um método diferente.

Em Bruxelas, os salários são atualizados com um ano de atraso, de julho a junho de cada ano, a partir de uma ponderação dos aumentos dos funcionários públicos de 10 Estados-membros (os mais endinheirados). Para já, a fórmula determinou subidas de 4,4%, às quais se somam 2,5% de reposições. Feitas as contas, até junho de 2023 os funcionários europeus beneficiam de uma atualização de 6,9%. Em dezembro fazem-se novas contas, com retroativos a julho. O PE segue as mesmas regras da Comissão e o mesmo se aplica ao Conselho.

**POLÍTICA SALARIAL NAS INSTITUIÇÕES**



**4,1%**

No BCE, de **Christine Lagarde**, os aumentos são fixados com um desfasamento temporal e levam em conta a realidade dos bancos centrais, Comissão Europeia, BEI e Banco de Pagamentos Internacional. Este ano, após duas rondas de consulta aos representantes dos trabalhadores, os aumentos foram fixados em 4,0751%. Os aumentos aplicam-se a todos os membros da equipa. O salário dos estagiários será periodicamente reavaliado, adianta um porta-voz da instituição.



**7%**

No Banco Europeu de Investimentos (BEI), liderado por **Werner Hoyer**, o pessoal terá um aumento médio de 7% este ano. O valor leva em conta a inflação, prémios e progressões e, segundo um porta-voz da instituição, foi concertado com os representantes dos trabalhadores e os acionistas (os 27 Estados-membros), diz fonte oficial.



**3%**

A atualização anual dos salários da OCDE, liderada por **Mathias Cormann**, leva em conta a inflação em França e nos países onde a organização tem representações regionais, e os aumentos dos funcionários públicos nos Estados-membros. O método daria um aumento de 6,1%, mas trabalhadores e secretário-geral acordaram ficar-se pelos 3%.



**6,9%**

O salário do staff europeu, comandado por **Ursula von der Leyen**, é atualizado com um ano de atraso, tendo em conta a evolução dos salários dos funcionários públicos nos Estados-membros entre julho do ano anterior e junho do ano corrente. A fórmula é predefinida e não tem intervenção política. Para o cálculo são tidos em conta 10 países (Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Polónia e Suécia). Se a inflação for elevada na primeira metade do ano, pode haver um aumento intercalar. Foi o que aconteceu em junho, com um aumento de 2,4%. Em dezembro, somou-se a atualização anual de 2% (com retroativos a julho) e ainda a reposição de 2,5% que tinha sido suspenso em 2020 devido à quebra abrupta do PIB europeu e que agora é automaticamente repostos porque o PIB voltou ao nível pré-pandemia, explicou fonte oficial ao Expresso.



**?**

O FMI, liderado por **Kristalina Georgieva**, diz que só decide os aumentos salariais em abril. O Mecanismo Europeu de Estabilidade também garante ainda não ter um valor para apresentar. Será preciso esperar por fevereiro para conhecer a política salarial.

**Lagarde além de Centeno**

Mais abaixo na escala está o BCE. Após duas rondas de negociações com os representantes dos trabalhadores, o Conselho de Governadores fixou aumentos salariais de 4,0751%. O valor ficou bem aquém do pretendido pelos sindicatos, que chegaram a ameaçar com greves, mas Lagarde não desarmou. “O nosso objetivo é compensar justamente o pessoal pelo seu esforço e evitar contribuir para uma potencial espiral de salários-preços que se somaria à inflação na zona euro. Damos prioridade aos apoios às pessoas em situação vulnerável dentro e fora do BCE, pelo que lançamos uma nova iniciativa de acompanhamento mensal dos nossos estagiários”, diz fonte oficial ao Expresso.

Apesar da contenção, Christine Lagarde terá um aumento superior ao de Mário Centeno, que em Portugal verá a remuneração crescer 2%. E também acima do aplicado na OCDE. Seguindo o método tradicional de atualização salarial (ver caixas), este ano a organização sediada em Paris deveria aplicar aumentos de 6,1%, mas trabalhadores e administração chegaram a acordo e ficaram-se pelos 3%. E, de todos os organismos internacionais, o mais contido na despesa.

**Necessário ou arbitrário?**

Mais ou menos generosos, para já, estes aumentos não chegam para repor a perda de poder de compra. 2022 fechou com uma inflação média harmonizada de 8,4% na zona euro e de 9,2% na União Europeia, com países como a Bélgica (10,3%) ou Alemanha (8,7%) a saírem mais castigados. Esta semana, em Bruxelas, Valdis Dombrovskis, vice-presidente executivo da CE, alinhou a mensagem com a banca central. “É claro que, para reagir às pressões do aumento de preços, têm de existir ajustes salariais, mas, ao mesmo tempo, devemos evitar a chamada espiral salário-preço, em que os aumentos agravam mais a inflação. [...] Portanto, há um equilíbrio delicado que tem de ser encontrado e monitorizado”, disse.

“Equilíbrio difícil” é também como, em Lisboa, o economista Pedro Brinca classifica a calibragem dos dois interesses em conflito. Já o colega Ricardo Cabral prefere classificá-la como “navegação a olhómetro”. “Estão a fazer uma experiência de política induzindo uma recessão” sem necessidade, porque esta inflação tem uma história diferente das anteriores, sublinha. Os próximos meses mostrarão os efeitos do choque.

ELISABETE MIRANDA e SUSANA FREXES, em Bruxelas